



Local: Salão nobre do edifício sede do município de Armamar -----

Data: 27 de dezembro de 2014 -----

Abertura da reunião: Catorze horas e vinte e cinco minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da assembleia municipal de Armamar, Mário Marta, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Márcio Morais, desempenhado função de 1.º secretário. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A mesa da assembleia municipal considerou justificadas as faltas dadas na primeira e única reunião da sessão de setembro de 2014 a Mário Marta, Ricardo Fonseca, Jorge Rodrigues e ao presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Sérgio Silva; E comunicou a substituição, na presente sessão, de Rui Costa por Paulo Tolda. -----

Exposição e análise de assuntos gerais de interesse para a autarquia -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra os seguintes membros: -----

Manuel Paiva, depois de desejar que “o ano 2015 seja melhor do que o ano de 2014”, perguntou ao presidente da assembleia municipal “porque não foi a presente sessão realizada no mês de novembro”, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 27.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Chamou a atenção, a título de exemplo, para o sucedido em alguns municípios limítrofes e reforçou a pergunta, no sentido de apurar o responsável pelo incumprimento. -----

A partir da afirmação “a saúde é o bem mais precioso que temos”, salientou, “pela quarta vez”, que “muitos armamerenses continuam sem médico de família e sem serviço de urgências”, “passados mais de três meses” da nomeação do diretor do ACES Douro Sul. Invocou o incumprimento do horário de funcionamento do serviço de urgências (em alguns dias encerrado a partir das 19 horas) e “os cerca de mil utentes” sem médico de família, para exigir à câmara municipal “mais pressão” na resolução dos problemas. -----

Sobre os resultados do Índice de Transparência Municipal, afirmou que “surpreendentemente ou não, Armamar é dos municípios do país menos transparente”, havendo somente 19 em pior posição, depois de ter baixado, relativamente ao ano transato, 72 posições. Porque o *ranking* é feito com base na informação disponível no sítio do município na internet, reclamou “uma página de internet mais eficaz, com mais conteúdos e sobretudo com os documentos

obrigatórios por lei, como por exemplo, o tarifário da água, resíduos e saneamento” (no caso, indisponível) e as atas (cuja publicação não está completa), mas também para densificar a competência (da assembleia municipal) de acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal. -----

Deu conta da pretensão do Governo de Portugal de, “a título experimental, transferir para algumas autarquias competências em matéria de Educação” (dando o exemplo de alguns projetos-piloto já em curso), iniciativa que “coloca em causa o interesse dos alunos”, opinião também partilhada por professores de Armamar. Por isso, perguntou “qual é o ponto da situação sobre esta matéria” e pediu que a câmara municipal (nomeadamente o seu presidente) ouvisse os órgãos da comunidade escolar e a assembleia municipal, caso houvesse desenvolvimentos, no sentido de se dar a “municipalização da educação” em Armamar. -----

Paulo Proença alertou para a degradação das estradas do município, destacando a falta de sinalização, nomeadamente a “inexistência de marcas rodoviárias no pavimento”, potenciadora de acidentes, principalmente quando há nevoeiro. -----

Referiu-se às telecomunicações no município, dizendo-as deficitárias, “chegando a ser quase nulas em algumas freguesias, como São Cosmado” e pediu o empenho da câmara municipal na resolução dessa carência. -----

Felicitou as freguesias, na pessoa dos seus presidentes de junta, que presentearam as crianças “com lembranças simbólicas” pelo Natal. -----

O presidente da câmara municipal, fez saber que a câmara municipal aprovou a proposta de orçamento municipal dentro do prazo e divulgou a interpretação feita pela Direção-Geral das Autarquias Locais, do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cuja conclusão suporta a convicção de inexistência de desconformidades. -----

Concordou com as observações críticas em matéria de Saúde e revelou que o novo diretor do ACES Douro o informou da abertura do procedimento concursal para o recrutamento de médicos em janeiro (dado ser impossível fazê-lo antes, por falta de dotação orçamental). -----

Sobre os resultados do Índice de Transparência Municipal, disse-se atento e já ter ordenado mudanças, não obstante haver fundamento para questionar alguns aspetos deles. -----



Garantiu que o Governo de Portugal não estabeleceu contato para dialogar sobre a “municipalização da educação”, cujas competências só aceitará, “caso sejam impostas”. Divulgou a estimativa orçamental para a sinalização horizontal rodoviária e mencionou que os trabalhos começarão nas “estradas com mais necessidades”, “assim que estiverem criadas as condições”. -----

Quanto às telecomunicações, fez saber que todas as operadoras já tinham sido contatadas, tendo somente a Vodafone se comprometido com o estudo do assunto. ---
Deu os parabéns às freguesias, na pessoa dos seus presidentes de junta de freguesia, pelas iniciativas desenvolvidas no Natal, a favor das crianças e dos idosos. -----

Passaram a participar na única reunião da presente sessão, Maria dos Prazeres Mendonça, Hernâni Almeida e o presidente da junta de freguesia da União das Freguesias de São Romão e Santiago, Dinis Branquinho. -----

Joaquim Duarte elogiou a Feira da Maçã, porque foi “evento grandioso”, bem-sucedido e que tem “ganho importância, mesmo enfrentando obstáculos”. -----

Apontou algumas lacunas ao Índice de Transparência Municipal e relativizou a sua importância, desde logo “porque ainda são poucas as pessoas que procuram informações nos sítios dos municípios na internet”. No entanto, afirmou que “poderia estar melhor”, “o portal do município podia ter mais informações, uma vez que nem sempre as coisas positivas são realçadas”. -----

Deu os parabéns pela iniciativa de plantar de vinte e sete árvores, que “sinalizam uma nova geração”. -----

Paulo Tolda questionou o desenvolvimento dos programas de apoio às pequenas e médias empresas de Armamar. Concretamente, perguntou que “resposta obteria da câmara municipal se a procurasse para saber quais os apoios existentes para criar um negócio”. -----

Referindo-se ao Índice de Transparência Municipal, afirmou que “os estudos valem o que valem” e evidenciou algumas lacunas (no sítio do município na internet) relacionadas com o dever de informação. Pediu o desenvolvimento de esforços para o melhorar, “porque o estudo acaba por ter algum peso” e para que “os cidadãos tenham acesso às coisas”. -----

Manuel Paiva interpelou diretamente o presidente da assembleia municipal sobre a

data da realização da (presente) sessão, concretamente quanto à falta de resposta à pergunta anteriormente feita e contestou a intromissão do presidente da câmara municipal no assunto. -----

Prosseguiu, defendendo-se da “acusação” feita por Joaquim Duarte, dizendo que lê “todos os estudos e todas as notícias que saem sobre Armamar”, para preparar bem as intervenções e “fazer devidamente o seu papel”. Disse-se “impressionado” com a desvalorização que ele fez à matéria. No entanto, “independentemente de qualquer estudo”, o dever de informação deve ser cumprido, afirmou. -----

O **presidente de assembleia municipal**, admitiu que a redação da disposição legal pode permitir interpretações diferentes da mesma, mas “feita a clarificação pela Direção-Geral das Autarquias Locais”, deixam de subsistir dúvidas sobre a legalidade da apreciação e votação dos documentos previsionais para o ano de 2015 e seguintes, em sessão da assembleia municipal a realizar no mês de dezembro. -----

O **presidente da câmara municipal** rejeitou a crítica feita, porque quis contribuir para esclarecer a dúvida e não para se imiscuir no funcionamento da assembleia municipal ou usar competências que não são suas. -----

Agradeceu as referências feitas à “organização da Feira da Maçã” e fê-lo, também, a todos os que tornaram o evento possível, contribuindo para projetar a produção da maçã e as demais atividades económicas para a dimensão regional, sendo motivo de orgulho. -----

Assumiu a necessidade e o interesse de melhorar os conteúdos do sítio do município de Armamar na internet, nomeadamente no que diz respeito ao dever de informação, “porque não há nada a esconder”. -----

Fez saber que o empreendedorismo está a merecer particular atenção por parte da câmara municipal, tendo estado a consultar-se com o grupo Monéris, com o intuito de desenvolver respostas adequadas às diferentes solicitações, sem prejuízo das ações temáticas, de divulgação ou formação. -----

O **presidente da junta de freguesia de Armamar**, Afonso Gouveia, agradeceu à câmara municipal o contributo, dado à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar, para a aquisição de ambulância de emergência médica e fez saber que conseguiu reunir um grupo de 20 jovens em ação de formação ministrada



pelo INEM, que decorreu em horário pós-laboral, destinada a preparar as tripulações do mencionado veículo. -----

Elogiou a atividade cultural desenvolvida no município durante o ano de 2014 e disse-se satisfeito com os investimentos que estão a ser realizados em Armamar. -----

Apelou à concertação de esforços a favor do melhor futuro para Armamar (desenvolvido a partir da sede do município) e à justa repartição de recursos, nomeadamente pelas freguesias. Atribuiu o encerramento de serviços públicos à falta de coesão na defesa dos interesses de Armamar e desresponsabilizou-se disso. Pediu a intervenção da câmara municipal na resolução de problemas, relacionados com o saneamento básico na sua freguesia e pediu reforço do investimento na Educação. -----

Agradeceu, a pedido da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar, às freguesias, na pessoa dos seus presidentes de junta, e às demais pessoas, que apoiaram a ambulância de emergência médica. -----

Maria dos Prazeres Mendonça, enalteceu o projeto das decorações de Natal na vila de Armamar e a adesão que teve, lamentando as falhas na iluminação. -----

Felicitou o presidente da câmara municipal pelo nascimento do seu filho e perguntou-lhe pelo “paradeiro da Rua das Novas Gerações”. -----

Disse-se desagradada “pelos constantes críticas destrutivas realizadas ao município”, quase parecendo que só em Armamar há encerramento de serviços públicos e outros problemas típicos dos serviços da Administração Pública. Perguntou se “as pessoas têm orgulho na terra de onde são ou não” e o “que foi feito por todos para que as coisas melhorassem”. Apelou à “união e ao trabalho em conjunto para se chegar a algum lado”. -----

Lembrando o pioneirismo de Armamar no domínio da Educação - transportes gratuitos, ensino do inglês no 1.º ciclo do ensino básico, desenvolvimento da atividade desportiva - felicitou as freguesias, na pessoa dos seus presidentes de junta, por manterem o hábito de dar prendas às crianças no Natal. -----

Pediu a construção da variante a Fontelo, rapidamente. -----

O **presidente da câmara municipal** agradeceu o reconhecimento pelo esforço desenvolvido, a favor da concretização do investimento, que permitiu melhorar os recursos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar, mais sobrecarregados com “a perda de serviços médicos”. -----

Fez o convite à participação no concerto de Ano Novo, a dar pela Banda de Música de Armamar, na Igreja Matriz de Armamar, oferta musical que preenche a área da Cultura, desenvolvida em parceria entre o município de Armamar e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar, com potencial para criar receitas para a última. -----

Divulgou, “com satisfação”, a atribuição, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar, de 35 mil euros, no âmbito de candidatura ao BPI Capacitar, via programa ESCORAS, a afetar à aquisição de equipamento para pessoas com mobilidade reduzida. -----

Concordou com a existência de lacunas na divulgação das “boas notícias, notícias positivas” no sítio do município na internet. -----

Reiterou a satisfação pela capacidade de investimento que o município tem revelado, não obstante vicissitudes várias. Considerou-os todos relevantes e afirmou que novos serão feitos, dando como exemplo a intervenção prevista para o espaço contíguo ao edifício onde funcionou o Tribunal Judicial de Armamar. -----

Deu os parabéns ao grupo de teatro “Filhos do Vento” pela sua génese e pelas “duas magníficas atuações”. -----

Agradeceu todas as adesões ao repto lançado no âmbito do projeto das decorações de Natal na Vila de Armamar e explicou que as falhas da iluminação, deveram-se a “limitações técnicas” e não à disponibilidade ou empenho dos trabalhadores do município. -----

Congratulou as mães que tiveram a iniciativa de plantar uma árvore por cada criança nascida no ano de 2014 no município e disse estar em estudo a denominação de rua que registe ou homenageie a importância das futuras ou novas gerações. -----

Quanto à variante a Fontelo, disse estar prevista no Plano Rodoviário de Proximidade, com o início do procedimento pré-contratual marcado para o ano de 2015 e estimativa orçamental de 1 milhão e 200 mil euros. -----

Apreciação da informação escrita acerca da atividade do município bem como da respetiva situação financeira (cujo original passou a constituir o anexo I à ata). -----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

Manuel Paiva revelou “orgulho em ser de Armamar e em enfrentar de frente todas



as informações sobre Armamar, sejam elas boas ou más.” Deixa claro que o seu papel “é de alertar quem tem o direito e o poder de mudar as coisas.” Na sua opinião os problemas devem ser encarados para que se possam encontrar soluções. -----
Confessou que nunca criticou “nenhum senhor deputado por dizer bem de Armamar ou por salientar algum aspeto positivo,” contudo na sua perspetiva é mal interpretado quando aponta os aspetos negativos do município de Armamar. Face a este assunto explica que já referiu que não é fácil fazê-lo mas que o deve com o intuito de lutar “para que as coisas mudem.” -----

O **presidente da câmara municipal** retorquiu, negando ter tentado ou querido condicionar a atividade política de quaisquer membros da assembleia municipal, principalmente a de Manuel Paiva. No entanto, afirmou reservar-se o direito de contrapor, “quanto mais não seja para focar as coisas positivas” em detrimento da tendência em sentido contrário da oposição. Recordou algumas críticas feitas no passado, parte relacionadas com menções ao município de Armamar no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, e agora, que “o panorama mudou, ainda não se ouviram elogios ou felicitações” constatou. -----

Maria dos Prazeres Mendonça pediu esclarecimento sobre a “limpeza de cemitérios”, procurando saber quais os intervencionados. -----
Elogiou a forma e o conteúdo da informação sobre a Educação. -----
Quis saber que procedimento adotar quando detetar um cão vadio, para ser recolhido. Chamou a atenção para a escassez de informação sobre a realização da Feira da Maçã. Continuou, referindo-se à visita guiada de grupo de turistas pela vila de Armamar, para perguntar porque não foram levados a conhecer outros pontos de interesse (tendo enumerado alguns). “Fala-se muito em Turismo, mas em Armamar está-se um pouco atrasado”, asseverou. Depois, perguntou “quando se tornará real a intervenção no Posto de Turismo”. -----

O **presidente da câmara municipal** esclareceu ser da competência da câmara municipal gerir e fazer a manutenção dos cemitérios localizados na vila de Armamar e só. -----

Quanto à recolha de cães vadios, a solicitação deve ser dirigida às juntas de freguesia.

A partir daí é feito o contacto com a câmara municipal para afetar os meios necessários à captura e envio para o canil (de Moimenta da Beira ou Lamego). -----

Disse saber que o mencionado passeio turístico foi organizado pela Universidade Sénior com as congéneres de outros pontos do país” e não teve conhecimento do percurso definido. No entanto, lembrou a existência da rota da Maçã de Montanha, as suas características e objetivos, onde estão integrados alguns dos pontos de interesse dados como exemplo. -----

Estimou a entrada em funcionamento da “loja interativa de turismo” antes do meio do ano de 2015. -----

Interrupção dos trabalhos durante 10 minutos. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) **Análise e votação da ata da sessão anterior;** -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Manuel Paiva começou por afirmar que a “ata peca por defeito”, dando o exemplo do voto de pesar expresso por todos os intervenientes e que não consta nela. Depois, questionou a não transcrição integral dos discursos lidos, afirmando somente aceitar que se interprete e resuma os seus discursos quando feitos de improviso. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com 22 votos a favor, 0 votos contra e 4 abstenções, a saber: Mário Marta, Paulo Tolda, presidente da junta de freguesia de São Martinho e presidente da junta de freguesia de Queimadela, respetivamente, Sérgio Silva e José Encarnação. -----

2) **Eleição do representante dos presidentes de junta de freguesia na assembleia distrital;** -----

O **presidente da assembleia municipal** divulgou a única proposta (que passou a constituir o anexo II à ata), com a indicação do candidato: presidente da junta de freguesia de Vacalar, Fernando Paiva. -----

Deliberação: eleito com 20 votos a favor, 2 votos contra e 4 votos brancos. -----

3) **Nomeação do Concelho Municipal de Educação** (cuja proposta passou a constituir o anexo III à ata); -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----



Joaquim Calheiros defendeu a alteração da proposta, no sentido de passar a contemplar o representante da associação de estudantes, que está a ser constituída na escola básica e secundária básica Gomes Teixeira. -----

O **presidente da câmara municipal** declarou a inexistência de oposição da câmara municipal à sugestão. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

4) Documentos previsionais para o ano de 2015 (cuja cópia passou a constituir o anexo IV à ata); -----

O **presidente da câmara municipal** realçou que para além da aprovação dos documentos faz também parte o pedido de autorização para a contratação de empréstimo. -----

Informou que relativamente ao orçamento do ano passado houve redução em cerca de 4 milhões de euros. Apontou como razão para o sucedido “as novas regras de formulação dos orçamentos e daquilo que seria uma tendência ao incorporar em orçamento, receitas provenientes da venda de bens e património do município, que se vinham a verificar depois com uma taxa de execução muito reduzida.” As regras estabelecem, agora, que só pode ser vertida em orçamento e só podem ser previstas as receitas ou a média dos três últimos anos.” Alertou que quando for a prestação de contas, os investimentos, receitas e despesas de capital também serão reduzidas, pois no “decorrer do ano 2014 tivemos pelo menos duas grandes obras: uma das quais já fica finalizada este ano, a zona ribeirinha da Folgosa e a obra do quartel da GNR, que em termos físicos, estará executada cerca de 85% financeiramente e, tem uma execução na ordem dos 35%. Esta situação deve-se aos sucessivos atrasos do Ministério da Administração Interna naquilo que é o pagamento dos autos à câmara.” Informa que já estão integradas no orçamento “as despesas referentes à empresa municipal e à sua extinção.” Outro fator está relacionado com “as novas regras das execuções orçamentais municipais sob pena de penalizações futuras.” Refere que “uma das regras estabelece que obrigatoriamente a execução orçamental terá que ficar acima dos 85%, sob pena do município poder vir a incorrer, caso se verifique, não apenas e só pela análise de execução, mas pela conjugação de outros fatores, ou de outros desvios que podem trazer penalizações para o município.” -----

Termina dizendo que este é um orçamento realista e tem quase a certeza que em termos de execução, para o próximo ano, ficará acima dos 85%. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Manuel Paiva comprovou que o que tem dito ao longo de 8 anos se verificou agora com a apresentação do orçamento 2015, mais ajustado e na sua opinião com uma boa taxa de execução. Referiu que a taxa se deve encontrar acima dos 85% isto porque após dois anos com taxas de execução abaixo deste valor “pode autarquia sofrer consequências gravosas em termos de retenção de verbas.” -----

Quanto ao IRS destacou como aspeto positivo o facto de o município devolver aos contribuintes grande parte da receita, podendo a autarquia ficar com esse valor. -----

Verificou que “para 2015 estão previstos 200 mil euros de derrama” questionando se esse valor será fixo. Caso se verifique considerou que “a isenção passa a ser de 0,5% para os pequenos comerciantes,” enquanto que as grandes empresas devem pagar a taxa máxima.” -----

A nível de impostos afirmou que “saem do bolso dos contribuintes mais de um milhão de euros em impostos diretos para a autarquia,” o que é um número bastante elevado.

Outro aspeto negativo e que “é um sufoco financeiro, mesmo com o PAEL, sobretudo por causa da dívida ao banco e a dívida aos fornecedores.” Desta forma, “os compromissos têm de ser assegurados,” deixando pouca margem para “investimento em pessoas, obras e serviços de forma a melhorar a qualidade de vida dos munícipes.”

Referiu que perante o orçamento não verificou “uma estratégia para o concelho a médio e longo prazo.” Na sua opinião “faz falta ao município de Armamar uma estratégia a médio e longo prazo nas diferentes áreas: educação, proteção civil e rede viária.” Confessou saber que estão limitados por constrangimentos financeiros mas que isso “não impede de termos um projeto, um objetivo em mente para tentarmos alcançá-lo.” -----

Por último, considerou que se deviam “ouvir os diferentes partidos nesta assembleia para haver uma opinião prévia do orçamento antes de vir a reunião de assembleia” e dever-se-ia fazer um orçamento participativo para o ano, ou seja, “reservar uma pequena verba e depois ouvir-se as pessoas do concelho.” Essa seria “uma forma interessante de nos aproximarmos da população.” -----

Paulo Tolda deixou uma nota positiva quanto à redução do orçamento, esclarecendo que se tornou mais realista. Deu conta que o partido do CDS chumbou a proposta do orçamento, tendo presente certos objetivos: como a subestimação do orçamento e a assumpção de compromissos. Na sua opinião “orçamento elevado permite que a câmara assuma compromissos para lá da possibilidade da cobrança de receita, o que faz com que a autarquia fique com compromissos em atraso.” -----

Comparativamente a outros municípios as despesas com pessoal e o fornecimento de serviço externo continuam acima da média, pedindo esforço para tornar os serviços mais eficientes de modo a reduzir custos. -----

Alertou que “parte significativa das despesas de capital vão para a amortização de passivos financeiros” impossibilitando grandes investimentos pela câmara municipal. Com o novo quadro comunitário aconselhou que se fizesse uma salvaguarda para que não se percam investimentos importantes para o concelho de Armamar. -----

Face à receita do orçamento verificou que haviam algumas rúbricas um pouco avultadas para as quais pediu esclarecimentos: “outras rendas 534 mil euros a que é que se refere? Transferências de capital por empresas públicas no valor de 200 mil euros a que é que se referem? E aqui os valores referentes a Estado, participação comunitária entre projetos, pressupõe o quartel da GNR e zona ribeirinha, se não for gostava que me esclarecesse. Eu digo-lhe a classificação económica, portanto 070399-outras rendas orçamento da receita; 070399-outras rendas; 534830; 10010101-transferências de capital; empresas públicas no valor de 200 mil euros e os valores referentes a Estado, participação comunitária em projetos financiados.” -----

No orçamento da despesa questiona se há despesas relacionadas com “gasóleos e outros consumos”, pretendendo saber “se tem havido reduções ou aumentos e se há medidas de poupança”. Na “rúbrica 020204 - locação de edifícios, 370 mil euros, o que é que se trata? Depois 0202020-outros trabalhos especializados, 680 mil e qualquer coisa euros, que serviços são estes e depois 07010201-edifícios, instalações de serviços 535 mil euros que investimento é este? Se calhar refere-se ao quartel da GNR mas gostava que me explicasse.” -----

Destacou a clareza nas medidas propostas no documento referente às Grandes Opções. -----

Considerou baixo o “valor relativo às funções económicas, 212 mil euros, principalmente na rúbrica agricultura que tem 10 mil euros, supondo que está

relacionado com “projeto de regadio, pois já no ano anterior havia essa rúbrica”, com cerca “de 15 mil euros”. Quis saber se poderiam “ser colocados aqui outros tipos de investimentos.” -----

O **presidente da câmara municipal** disse a Manuel Gaspar que este fez uma análise séria e justa dos documentos e daquilo que foi apresentado. No entanto discordou quando disse que orçamentos eram irrealistas. Na sua opinião “os orçamentos anteriores não eram irrealistas”, mas “tinham que verter para esses documentos compromissos já assumidos para que depois a câmara pudesse honrá-los como sempre fez.” -----

Disse a Manuel Gaspar que este se equivocou em cerca de meio milhão de euros, conforme descrito no boletim informativo 2014 da CDU. Explicou que as verbas afetas a “despesas de capital e despesas de investimento estão reduzidas neste orçamento porque existem estratégias.” -----

Em relação aos orçamentos participativos afirmou “não ser muito adepto” uma vez que esta é uma situação que pode “desagradar várias pessoas.” -----

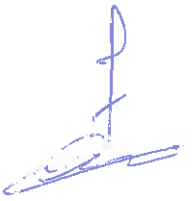
Como o município está no fim de ciclo “de um quadro comunitário de apoio”, e está prestes “a entrar num novo quadro” tem as linhas orientadoras definidas, mas “ainda não tem ações concretas.” “O município de Armamar está a pagar a dívida de uma forma muito concentrada” afirmando já terem pensado na hipótese de tentar renegociar isso. Esse facto leva a que seja feito “um esforço no pagamento desses encargos de forma a libertar verbas para investimento.” -----

Apesar das dificuldades decidiram prescindir “dessa parte do IRS a favor dos contribuintes.” -----

Relativamente aos impostos explica que “80% desse valor resulta do IMI, da avaliação aos prédios urbanos”, e que “as isenções também existem no IMI para algumas pessoas, para aquelas que reúnem as condições” logo “o IMI não é um imposto ao qual as pessoas não possam ter isenção.” -----

Quanto à derrama dos pequenos comerciantes, cerca de 2500€ ou 3000€, considera que no futuro a assembleia poderá deliberar sobre “a isenção de derrama para essas empresas e para empresas que tenham esse volume de negócio.” -----

Por outro lado não deve ser dito que não existem investimentos. Ao investir-se num quartel da GNR, que custou cerca de 854 mil euros, e que é a continuidade das forças



policiais e de segurança no município é investir nas pessoas, assim como o investimento de cerca de 52 mil euros numa ambulância de emergência para todo o concelho. -----

“Com o início de um novo quadro comunitário pode-se ter a melhor estratégia do mundo mas, se não existirem recursos financeiros para as pôr em prática nada acontece.” -----

Face ao que foi dito por Paulo Tolda, pensa que o vereador do CDS referiu que o orçamento era demasiado elevado, não que era irrealista, acrescentando que “um dos argumentos para votar contra o orçamento era que dificilmente conseguiriam ultrapassar os 5 milhões de euros de receita.” -----

Quanto ao pessoal e despesas afirma que “têm os necessários às funções” e garante que muitas vezes são “cometidas injustiças com a maioria dos trabalhadores do município que se esforçam para dar o seu melhor.” Explica que há medida que os funcionários se vão aposentando, a autarquia não tem admitido ninguém, pretendendo continuar com essa política de redução. -----

Esclarece Paulo Tolda que a renda de 534 mil 830 euros corresponde às rendas do parque eólico e da EDP. Os 200 mil euros resultam de um protocolo a assinar com Estradas de Portugal, que já foi deferido em concelho de administração das Estradas de Portugal e que pensavam assinar este ano. Está relacionado com uma compensação que o município conseguiu pela obra da Folgosa. Isto porque “a construção dos 890 metros, que para além de ser uma obra do município e que embeleza toda aquela zona, foi uma obra que trouxe alguns benefícios à Estradas de Portugal, pois aquele talude apresentava algumas patologias e perigosidade.” -----

Em termos de participação comunitária em projetos co-financiados está o quartel da GNR. -----

Alguns valores apresentados dizem respeito a candidaturas em regime de overbooking, que já estavam num estado de maturação acima dos 70%. Houve uma candidatura a equipamentos desportivos e fizeram-se obras de adaptação do espaço, fazendo-se investimentos avultados no equipamento do ginásio e adquirindo uma plataforma para o tanque da água. Nesta altura a candidatura está em cerca de 280 mil euros. Fala-se também na candidatura relacionada “com a obra já executada da avenida Ribeiro de Almeida em Fontelo.” -----

Quanto às “despesas de gasóleo tem havido uma redução substancial ou pelo menos

significativa, resultante de alguns investimentos que foram feitos pela autarquia: com a implementação do sistema de identificação GPS nas viaturas e com outros sistemas de controlo.” -----

As rendas de 370 mil euros estão relacionadas com a renda que o município paga à PPP, “referentes as rendas do armazém da Câmara Municipal e da estrada de acesso à zona industrial.” Estes são trabalhos especializados que podem ser acompanhados através dos documentos previsionais, na página 18, “mas está essencialmente relacionado com a recolha de lixo, de resíduos: quer em termos de resíduos indiferenciados quer em termos de outros resíduos.” -----

“Quanto aos 10 mil euros previstos para o projeto de regadio explica que dizem respeito ao projeto do monte raso vindo do ano transato.” Mencionou que teve “algumas reuniões com os fruticultores das freguesias de Queimada e Queimadela.” Esta situação está vertida no documento pois “a câmara vai custear o projeto” uma vez que a “candidatura tem de ser desenvolvida pela associação de regadio.” Explicou “que a câmara não avançaria com nada sem que os fruticultores se entendessem e formalizassem a associação.” Concluiu dizendo que, segundo o que foi transmitido pela presidente de junta de freguesia de Queimada e pelo presidente de junta de freguesia de Queimadela, “prevê-se que em fevereiro a associação esteja legalmente constituída.” -----

Jorge Rodrigues após uma análise ao orçamento para 2015 verificou que “num orçamento com o valor de 10 milhões de euros só vão ser investidos nas atividades do concelho cerca de 200 mil euros, e destes 200 mil euros só 10 mil euros é que vão ser investidos na agricultura,” o que na sua opinião “é um investimento reduzido,” comparativamente com o “apoio dado ao desporto e a outras atividades.” -----

Pedi atenção para rúbrica relativa ao projeto de rega de Queimada e Queimadela, que no ano passado era de 15 mil euros e que este está nos 10 mil euros. Assumi que perante “os governantes que nos visitam, como o diretor regional de agricultura” é dito “que precisamos de investir na rega e, depois, no orçamento parece que nada se investe na agricultura”, deixando o alerta para a necessidade de se fazer algo mais nesta matéria. -----

Finalizando perguntou se as despesas referentes à empresa já estavam referidas no orçamento. -----



Hernâni Almeida cumprimentou os presentes e fez votos de um bom ano de 2015.

Felicitou os membros do órgão do executivo municipal “pelo esforço da autarquia ao reduzir o orçamento em cerca de 2 milhões e meio de euros”, situação que se conseguiu porque “há menos investimento em fundos comunitários, o que reduz o orçamento em cerca de 1 milhão e 800 mil euros e porque havia despesa que teria de ser contabilizada em orçamento e transitada, que ainda se verifica, mas em menor quantidade.” -----

O governo prevê um aumento de 18 % no IMI para as autarquias e algumas receitas do orçamento de estado 5%, o que para Armamar representa cerca de 250 mil euros. Há algumas receitas que também vão aumentar como o IUC, como a derrama, etc. -----

Concordou com Manuel Gaspar Paiva quando sugeriu que se devia tirar a derrama às pequenas empresas. -----

Mencionou que “todos os grupos parlamentares tem por direito constitucional indicar ao executivo aquilo que acham correto para o concelho de Armamar. Compete ao presidente da Câmara e ao executivo definir, e muito bem, as linhas mestres para o desenvolvimento de Armamar, porque tiveram o apoio do povo e foi por isso que foram eleitos.” -----

As despesas com o pessoal devem diminuir lentamente. Explicou que cerca de 180 trabalhadores “são pagos pelo ministério da educação, com a empresa, com os trabalhadores que se vão reformar nos próximos 4 anos e como há menos população e alunos, os custos com o pessoal devem diminuir.” -----

Prevê-se a diminuição da despesa dos combustíveis isto porque há negociações para que no próximo ano se reduzam os custos a nível de saneamento e lixo. -----

Não concorda com Manuel Gaspar, quando este considera muito 1 milhão de euros de impostos indiretos. Para si não é bem assim pois “quem paga esses impostos é quem tem mais rendimento.” Face ao rendimento, por exemplo os 700 mil euros são pagos pelas pessoas que têm mais rendimento e mais património. Explicou que cerca de “90% da população mais pobre de Armamar não paga IMI nem IRS, apenas 50% do IRS é pago por 2% da população.” No passado ano “foi aprovado reduzir o IMI para 3,5%,” afirmando que a este ritmo de trabalho poder-se-á daqui a um ou dois anos reduzir esta taxa ou um outro imposto. -----

Na sua opinião “os municípios em Portugal não tem autonomia financeira própria, ou

seja, o governo pode em qualquer momento reestruturar a sua dívida. Torna-se necessário “gerir a dívida a longo e médio prazo, isto é, deslocalizar o pagamento da dívida para anos futuros.” O governo baixou a taxa de juro, passando pagamentos de 2015, 2016, 2017 para 2020. O município de Armamar há três, quatro anos possuía uma “dívida de 1 milhão e 600, porque tinha amortização dos empréstimos muito concentrada.” Atualmente diminuiu a dívida “de 1 milhão e tal para 600 mil,” contudo, aconselhou a que se “reestruture a dívida, centralizada em quatro, cinco anos para 10 ou 15 anos,” pagando “300 mil em vez de 700 mil euros.” A taxa de juro é de cerca de 2%, o que significa num pagamento de 20 mil ou 30 mil euros permite libertar por ano, para investimento, cerca de meio milhão de euros. -----

Esclareceu Jorge Rodrigues que “os 10 mil euros com os agricultores que estão no orçamento, não são dados reais.” “A Feira da Maçã, o apoio aos agricultores na sede, eletricidade, aquecimento, e outras coisas associadas à Associação de Fruticultores” enquadram-se nos apoios dados à agricultura. Relembrou que “Armamar gastou cerca de 4 milhões de euros nos 180 km de caminhos rurais que toda a gente elogia: a barragem, a zona da rega,” dizendo que outros investimentos surgirão com os fundos comunitários. -----

O presidente da câmara municipal afirmou que o orçamento possui uma verba destinada ao projeto de rega do monte raso, referindo que “não são 10 mil euros, mas 20 mil euros,” pois está dividida por dois anos. -----

No que respeita ao assunto sobre a “falta de investimento no setor agrícola” mencionou que “a feira da maçã esta ligada ao setor agricultura, dedica-se às atividades económicas do concelho mas essencialmente à promoção daquilo que é o produto a par com o vinho,” bem como “a construção de caminhos agrícolas que servem de apoio à agricultura.” Na sua opinião considera a comparação de Jorge Rodrigues “infeliz quando fala da educação, desporto e agricultura.” Isto “porque uma coisa é as competências próprias da autarquia, que é o caso da educação, do desporto, etc, outra coisa é o caso da agricultura.” Informou Jorge Rodrigues “que há dois projetos em curso,” dos quais já deve ter conhecimento pois “exerce funções na direção da Associação de Fruticultores.” Eles são resultado “de uma concertação entre o município e a Associação de Fruticultores, onde se definiu como prioritário dois projetos de rega: um no alto de São Cosmado e São Martinho, outro Tões e São



Romão, ficando esta franja do território sem qualquer projeto”, assumindo a Câmara Municipal a realização do projeto. O investimento existe mas “não peçam é que a câmara municipal plante pomares ou que faça sistemas de rega. O papel que compete à câmara é fazer investimentos de apoio efetivo à agricultura, mas que possam ser utilizados por todos os cidadãos”, caso contrário poder-se-ia estar a cometer erros ou a ser-se injustos para com outros cidadãos de Armamar. Serve exemplo: “os caminhos rurais que servem de apoio à agricultura podem e devem ser utilizados por quem quiser passar neles, isso são investimentos que competem à autarquia, investimentos transversais a toda a população.” Assumi que a câmara municipal irá “sempre apoiar a agricultura” e que estarão “sempre do lado dos agricultores.” -----

Alertou que “a proposta de deliberação inclui também a aprovação do empréstimo de curto prazo.” -----

Quanto aos encargos da empresa municipal referiu que já estão refletidos no orçamento da Câmara Municipal. Acrescentou que as “despesas com encargos de instalações está na rubrica 020201, onde estão previstos 350 mil euros, encargos que já tinham com os outros edifícios, aos quais foram somados os encargos das piscinas.”

Relativamente ao empréstimo de curto prazo esclarece que se “mantém o montante do ano passado, os 385 mil euros de apoio à tesouraria, no cumprimento da Lei.”

Referiu que foram pedidas “seis propostas a seis entidades bancárias diferentes, sendo dada resposta por três entidades: a Caixa de Crédito Agrícola do Vale do Távora e Douro, a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Santander Totta. A mais vantajosa para o município foi a proposta da Caixa Geral de Depósitos, com uma taxa de juro de 1,72% sem comissões.” -----

Deliberação: Aprovado por maioria com 20 votos a favor e 6 abstenções. A saber: Jorge Rodrigues, Paulo Vieira, Paulo Tolda, Jorge Ferreira Rodrigues, Rui Fernandes e Manuel Paiva. -----

5) Assumpção dos compromissos plurianuais - Autorização genérica para a dispensa de autorização prévia (cuja proposta passou a constitui o anexo V à ata);

Deliberação: Aprovado por maioria com 22 votos a favor e 2 abstenções, a saber: Rui Fernandes e Manuel Paiva. -----

Ausentaram-se o presidente da junta de freguesia de Aldeias e o presidente da junta de

freguesia de Folgosa, respetivamente, Merceano Fernandes e Agostinho Magalhães. ----

6) Mapa de pessoal para o ano de 2015 (cuja proposta passou a constituir o anexo VI à ata); -----

Deliberação: Aprovado por maioria com 21 votos a favor e uma abstenção, a saber: Manuel Gaspar. -----

Ausentou-se o presidente da junta de freguesia de Armamar, Afonso Gouveia. -----

7) Criação de unidade orgânica flexível - Cargo de direção intermédia de 3.º grau (cuja proposta passou a constituir o anexo VII à ata); -----

O **presidente da câmara municipal** fez breve resumo sobre a evolução da estrutura orgânica e mapa de pessoal nos últimos anos. Com base nele, evidenciou algumas dificuldades resultantes da compaginação da redução de recursos com o aumento do trabalho, nomeadamente o decorrente das competências entretanto transferidas para as autarquias locais e do aumento significativo de solicitações. Referindo-se concretamente aos serviços relacionados com o cargo a criar, deu-os a integrar na DGUA, havendo o interesse em afetar-lhe recursos humanos próprios, para não aumentar encargos e ter os ganhos decorrentes do conhecimento acumulado. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Manuel Gaspar pediu para a proposta ser melhor esclarecida e justificada, porque não percebe a necessidade, nem o benefício que o município possa retirar dela. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** estabeleceu novamente a correspondência com necessidades decorrentes do funcionamento dos serviços e o interesse em formalizar a assunção de responsabilidades. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 17 votos a favor, 2 votos contra (a saber: Manuel Gaspar e Rui Fernandes) e 6 abstenções (a saber: Maria dos Prazeres, António Pinto, Jorge Ferreira Rodrigues, Paulo Vieira, presidente de junta da união de freguesias



de Vila Seca e Santo Adrião e presidente de junta de freguesia de Cimbres). -----

8) Dissolução da Armamar Invest Mais, EEM (cuja proposta passou a constituir o anexo VIII à ata); -----

O **presidente da câmara municipal** explicou que a dissolução e liquidação, da empresa Armamar Invest Mais, EEM “resulta daquilo que é também uma imposição legal, daquilo que são as regras das empresas municipais e do que dizia a lei 50/2012, se durante três exercícios económicos seguidos a empresa não tivesse pelo menos 50% de receita, que não fossem diretamente transferências dos municípios, teriam de ser extintas.” Afirmou que consta da “proposta que o liquidatário da empresa, atual presidente do concelho de administração e vice-presidente da câmara, ficará investido dos poderes gerais para proceder à liquidação da empresa.” Deu a saber “que neste momento o impacto ou aquilo que é a dívida real da Armamar Investe Mais ronda os cerca de 30 mil e 400 euros, a parte do empréstimo que nos falta pagar.” Mencionou que “de resto as contas estão saldadas” e agradece aos membros do conselho de administração pelo brilhante trabalho que fizeram. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Manuel Paiva referiu que o partido CDU sempre se mostrou “contra a criação da empresa municipal por entenderem que a Câmara Municipal conseguia desempenhar todas as atividades sem recurso à empresa municipal.” -----

Afirmou ser necessário “tempo e a troika e a proposta de orçamento para 2015” para que se comprovasse que o partido da oposição estava correto. -----

Neste momento o que o preocupa é o “futuro das pessoas”, isto porque face à conjuntura atual a câmara municipal não podem “aumentar o quadro do pessoal. -----

Jorge Rodrigues quis saber qual foi o motivo para a criação da empresa Armamar Investe Mais, EEM. Para além disso, sugeriu que a acompanhar os documentos que demonstram os resultados, viesse o balanço, isto para saberem quais os ativos e os passivos. Depois de ver “a análise dos custos destes três anos há aqui uma rubrica que fala dos subsídios à exploração” questionando se a situação se são relativos “aos subsídios atribuídos pela câmara à empresa.” Ao fazer a análise afirmou que “ao somar os subsídios, houve prejuízo ao longo destes anos,” e segundo as suas contas “isto dá 1 milhão 252 mil euros de prejuízo durante três anos.” Quis ainda saber “qual é o custo

por utente desde o início da atividade das piscinas?” Explicou que se aplica o mesmo dito anteriormente pelo presidente da câmara municipal: “temos de fazer a pensar em toda a gente do concelho”, quando se referia que o dinheiro para a rúbrica agricultura era pouco. -----

O **presidente da câmara municipal** reconhece que o partido CDU “sempre foi contra a criação da empresa” e destaca que inclusive foi dito “que as empresas só serviam para esconder dívida”, o que não se verificou. -----

Quanto ao orçamento considera que vai ser benéfico que por ser um orçamento baixo existe a possibilidade de atingir as taxas de execução e como é “facilmente verificável as contas da empresa municipal não vieram trazer acréscimo de maior ao orçamento. -

Em relação ao pessoal mencionou que “vai haver um regime transitório”, existe a fase de “dissolução, liquidação e depois há um ano de regime transitório”, deixando claro que “há uma legislação específica nesta área que permite a integração do pessoal nos municípios.” como já aconteceu quando da liquidação de várias empresas municipais. Explica que vão “ser abertos os concursos de admissão” sem restrições, “porque o decreto-lei e a sua regulamentação permitem a integração na totalidade dos funcionários da empresa no município sem que hajam as tais penalizações pelo aumento das despesas com o pessoal e com o número do pessoal.” -----

Respondendo a Jorge Rodrigues explicou que as “demonstrações de resultados são documentos da empresa e demonstram efetivamente aquilo que a lei determina,” se durante três exercícios consecutivos a receita não for superior a 50%, a empresa será dissolvida. O presidente explicou que de se tratava da autorização ou não da assembleia para a dissolução da empresa. Relativamente aos “balanços, balancetes serão apresentados, após o liquidatário apresentar essas contas.” -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 20 votos a favor e 4 abstenções (a saber: Márcio Morais, Paulo Vieira, Jorge Rodrigues e Paulo Tolda). -----

Jorge Rodrigues informou que ele e Mário Marta, Presidente da Assembleia, são “deputados à assembleia da Comunidade Intermunicipal do Douro”. Mencionou que na segunda-feira haverá uma reunião e disse estar ao “dispor de todos” para fazer chegar qualquer informação relacionada com o Município. -----

Deu a conhecer “que a Associação de Fruticultores de Armamar candidatou-se para ser associada da Beira Douro”, dizendo que “gostava que o executivo e o Presidente da Câmara Municipal se empenhasse ao máximo para ver se conseguíamos ficar lá também com uma representação.” -----

O **presidente de assembleia municipal** referiu que quanto à reunião da Comunidade Intermunicipal a realizar na segunda-feira, não recebeu até à data a convocatória. -----

O **presidente da câmara municipal** disse estar disponível para debater com Jorge Rodrigues e Mário Marta aquilo que acha “que são matérias que podem ser levadas à Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Douro. -----

Terminou desejando a todos os presentes em seu nome e em nome do órgão do executivo municipal “votos de um bom ano de 2015, cheio de sucesso, saúde, realização pessoal.” “E que o ano de 2015 seja bom para o nosso concelho, pois é para isso que estamos cá todos, para lutar para que isso possa se tornar numa realidade.” –

PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções. -----

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o presidente da assembleia municipal, procedeu à leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Faltaram à primeira e única reunião da sessão de dezembro: Maria do Carmo Ferreira, Rui Gaspar e Ricardo Fonseca. -----

Forma de Votação -----

Todas as deliberações desta reunião foram votadas sob a forma nominal, excetuando-se a eleição do representante dos presidentes de junta de freguesia na assembleia distrital. -----

----- Não havendo mais nada a tratar foi, pelo presidente da assembleia municipal, encerrada às dezoito horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da lei

n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente: 
Primeiro secretário:
Segundo secretário: